

Proposta apresentada pelo BRB empurra bancários para greve



Da direita para a esquerda: o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, e os diretores da entidade Antonio Eustáquio, Cristiano Severo e Cida Sousa

Em negociação realizada na quarta-feira (11), que contou com a presença do diretor de Gestão de Pessoas e Administração do BRB, Jorge Alves, o banco apresentou proposta para a campanha salarial 2013/2014. A proposta, cujo item principal é reajuste de 6,5%, foi de pronto considerada insuficiente pelos dirigentes sindicais, uma vez que representa praticamente a metade da reivindicação dos bancários, que é reajuste de 11,98%. Isto sem considerar outros itens que integram a pauta de reivindicações dos funcionários da instituição financeira.

“Embora a proposta apresentada pelo BRB seja ligeiramente superior ao que foi apresentado pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), e traga ganho real de 0,4% (a inflação do período compreendido pela data-base é de 6,1%), ela está longe da nossa reivindicação, cujo percentual de ganho real é de 5%. Isto sem considerar que o banco ignorou outras reivindicações importantes dos funcionários banco”, afirmou o secretário de Estudos Socioeconômicos do Sindicato, Cristiano Severo, que também é bancário do BRB.

Da proposta apresentada, além dos 6,5 %, cabe destacar: 1 – substituição de equipamentos dos caixas (já em curso); 2 – obrigatoriedade por parte do banco de disponibilizar acompanhamento jurídico em processos decorrentes de assaltos; 3 – extensão de cursos de executivos e de idiomas a todos, porém, limitados ao número de vagas disponibilizadas pelo banco, que ainda adotará critérios para o processo de seleção; 4 – adesão do banco ao Programa de Pró-igualdade de Gênero e Raça, com o objetivo de ampliar as oportunidades para as mulheres e os negros na ocupação de funções.

Diversas reivindicações importantes foram negadas, tais como: 1 – retorno da licença-prêmio; 2 – retroação dos anuênios para os admitidos a partir de 2000; 3 – elevação do piso; 4 – flexibilização do VR de forma a não limitar aumento salarial decorrente de promoção por mérito e por antiguidade; 5 – extensão da indenização aos ex-auxiliares ainda remanescentes; 6 – adoção de eleição de um funcionário para o Conselho de Administração (Consad) do banco.

O banco disse ainda que esta é

a única proposta e que não confirma a adoção de índice maior pactuado com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), caso isto ocorra.

“A proposta do banco está a anos-luz da reivindicação dos bancários do BRB. É surpreendente que, com remunerações e PLR tão elevadas, a diretoria do banco tem a coragem de apresentar proposta tão aviltante”, criticou o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio, que é bancário do BRB.

“Diante do apresentado, não resta alternativa senão intensificar a pressão sobre o banco, o que passa necessariamente pela construção da greve prevista para o dia 19”, concluiu a secretária-geral do Sindicato, Cida Sousa, também bancária do BRB.

Nova assembleia nesta quarta 18

Todos os bancários do BRB estão convocados para assembleia nesta quarta-feira (18), às 19h, na Praça do Cebolão, no Setor Bancário Sul (SBS), para avaliar nova proposta, se houver, e ratificar a greve a partir de quinta-feira (19).

Representaram o Sindicato na negociação o presidente da instituição, Eduardo Araújo, e os diretores e funcionários do BRB Cida Sousa, Antonio Eustáquio e Cristiano Severo.

Metas para os bancários da direção geral

Na negociação, o Sindicato ainda cobrou do BRB uma resposta para a reivindicação do movimento sindical de revogação das metas de abertura de contas e redução de gastos de luz para os funcionários da direção geral. Em resposta, o banco esclareceu que as metas não compõem o rol de metas para efeito de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). As metas serão consideradas para efeito de uma bonificação ainda a ser estudada.

Diante da resposta, o Sindicato reiterou sua reivindicação de supressão total destas metas, ressaltando que, sobre a redução no gasto de energia elétrica, isto deve ser uma política permanente do banco, até mesmo em respeito ao meio ambiente. Porém, com programas de conscientização para que isto ocorra de forma natural.

Sindicato cobra regulamentação de projeto sobre participação dos trabalhadores no Consad

Em ofício entregue pessoalmente ao coordenador de Assuntos Legislativos do Governo do Distrito do Federal (GDF), José Willemann, na quarta-feira (4), por intermédio do líder do bloco PT/PRB, deputado distrital Chico Vigilante, o Sindicato propôs que o governador Agnelo Queiroz apresente projeto de lei que regulamente, discipline e disponha sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista (caso do BRB), suas subsidiárias e demais empresas controladas pelo GDF.



Conquista do movimento sindical

A eleição para representante dos trabalhadores nos conselhos de administração das estatais e sociedades de economia mista federais (caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e demais bancos públicos federais) está regulamentada pela lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente regulamentada pela presidenta Dilma Rousseff.

A aprovação do projeto de lei nº 12.353 é uma conquista do movimento sindical, que sempre defendeu a eleição para representante dos trabalhadores nos conselhos de administração das estatais e sociedades de economia mista.

Em nova reunião com o Sindicato, realizada na terça-feira (10), Chico Vigilante informou que, em um primeiro contato com o governador, este se mostrou contrário à proposta.

O deputado afirmou ainda que entende ser necessário o Sindicato deflagrar uma campanha visando esta conquista.

“Soa absolutamente estranho e contraditório a posição do governador, que tem em seu governo um bordão de transparência

absoluta. Mais estranho ainda em se tratando de um governo que criou uma secretaria de transparência. Qual o temor do governo?”, indagou o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio.

Outro fato a gerar perplexidade é que os trabalhadores da CEB, outra estatal do GDF, conquistaram este direito. Realmente inexplicável.

O Sindicato continua com sua luta pela adoção no BRB de um princípio já existente no BB e na Caixa Econômica Federal, resultado de um projeto sancionado ainda na gestão do presidente Lula, pois tem a convicção de que esta medida contribui sobremaneira para a transparência no BRB e para a luta de valorização e perenização do banco público.

Em vez de melhorar proposta, BRB divulga custo de cada bancário

Em vez de apresentar melhorias na proposta oferecida aos bancários, o BRB se deu ao trabalho de divulgar na quinta-feira (12) um comunicado informando o custo de cada funcionário do banco, e ainda fazendo uma comparação com a remuneração dos trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Além de representar um des-

respeito aos bancários do BB e da Caixa, ao expor da forma como foi feita suas respectivas remunerações, o comunicado do banco quer induzir os funcionários a conclusões falsas. Exemplo disto é o fato de enumerar como gasto despesas com transporte, auxílio-alimentação e cesta-alimentação, cuja concessão propicia ao banco benefício fiscal. Sobre o paga-

mento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o banco também, propositalmente, esqueceu-se de dizer que auferir benefício fiscal ao pagá-lo. Aliás, é bom que se diga que os funcionários do BRB somente conquistaram este benefício quando foi possível esta isenção fiscal para a instituição financeira.

Em vez de expedientes desta

natureza, por que a direção do BRB não explica o custo da nova estrutura, e faz um comparativo entre a remuneração de seus executivos e a de executivos de outros bancos estaduais, como do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), do Banco do Estado de Sergipe (Banese) e do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes)?

Possível alteração de cargos gerenciais causa apreensão no BRB

O BRB conseguiu criar um clima de absoluto desconforto e apreensão entre os gerentes de negócio do BRB. Houve um rearranjo na distribuição dos quatro níveis desta função, de forma que o número de gerentes máster e sênior foi drasticamente reduzido, e o número de gerentes júnior e pleno fortemente aumentado, evidenciando uma migração de gerentes máster e sênior para pleno.

O banco afirma que não haverá prejuízo financeiro, uma vez que aos que sofreram uma regressão na hierarquia, ele pagará a diferença salarial decor-

rente desta regressão em forma de verba pessoal. Porém, algo que contribui sobremaneira para a apreensão destes funcionários é o fato de que, na queda hierárquica, estes terão imensa perda relativa ao encarreiramento, uma vez que, regredindo, ao invés de progredir, o que cria enormes dificuldades ao crescimento profissional conforme prevê o Plano de Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).

Outra preocupação dos gerentes atingidos pela reclassificação para baixo diz respeito ao pagamento da Participação nos

Lucros e Resultados (PLR), que certamente sofrerá redução.

Em contato com o banco, este informou que o que ocorreu é a adequação do número de gerentes máster, sênior, pleno e júnior em função de um novo encarteiramento que está em curso.

Diante desta situação, mesmo reconhecendo a importância da remuneração, o Sindicato considera inoportuno o momento de fazer estas alterações, em plena campanha salarial.

O Sindicato cobra ainda do banco que este novo encarteiramento não seja irreal, de forma

apenas a justificar a redução de funções com remuneração mais elevada, fazendo com que haja um desrespeito ao tipo de cliente em cada carteira respectiva de cada nível gerencial.

Por fim, o Sindicato cobra do banco que, relativamente ao encarreiramento e ao pagamento da PLR, seja preservada a posição antes ocupada, de forma que aqueles que regrediram na posição gerencial em função da alteração de sua carteira de clientes, tenham um tratamento para efeito de progressão na carreira como se nada tivesse ocorrido.

Sindicato cobra explicações do BRB sobre encontro realizado em Buritis (MG)

Como se não bastassem alguns acontecimentos recentes para os quais a diretoria do BRB deve explicações (embora tenha respondido às indagações, o fez com evasivas), no sábado 24 de agosto, ocorreu mais um fato que necessita de esclarecimentos. O BRB patrocinou, em Buritis (MG), um evento em uma propriedade particular agrícola de produção de eucalipto, segundo o banco, para expor a produtores rurais da região produtos financeiros voltados para o crédito rural.

Patrocinar eventos com o objetivo de divulgar os produtos do BRB com vistas à alavancagem de negócios não é nenhum problema. No entanto, tal evento se recobre de acontecimentos que necessitam explicações, tais como:

1) – Por que um evento público, patrocinado pelo BRB, ocorreu em uma propriedade particular?

2) – Por que especificamente em uma propriedade voltada para o plantio de eucalipto, sabendo que o presidente do BRB, Paulo Evangelista, também possui uma fazenda com a mesma destinação, e ainda uma empresa cujo foco também é relacionado a este tipo de cultura?

3) – O que significa a promessa de uma agência na cidade, sabendo que não há nenhum estudo prévio sobre a viabilidade da mesma?

Na ocasião, o presidente afirmou que assumiu o BRB com a deliberação do “chefe”, o governador Agnelo Queiroz, para expandir o banco, o que leva ao questionamento, como se dará esta expansão no que se refere à abertura de



Na foto acima, o presidente do BRB, Paulo Evangelista (de branco e verde), desembarca no município de Buritis (MG) para participar de evento em propriedade particular

novas agências?

Além destas explicações devidas, dois fatos inusitados ocorreram no evento: primeiro, em sua fala, o presidente afirmou que a Informática do banco é defasada (todos os funcionários do banco sabem disso). Porém, isto configura uma tremenda contradição em um evento que pretendia ‘vender’ produtos do banco. Qual a percepção de possíveis investidores quando seu executivo maior descredencia o próprio banco expondo problemas internos?

E o segundo fato refere-se ao meio de transporte utilizado pelo presidente, que chegou ao

evento a bordo de um helicóptero, tendo outro helicóptero trazido, segundo fontes presentes ao evento, familiares dele.

Em reunião com gerentes do banco, o presidente disse ter se tratado de uma cortesia após um voo sobre fazendas de produtores rurais da região de Luziânia (GO). Ocorre que tal tipo de ‘presente’ é vedado pelo código de ética do banco, que está disponível no site do próprio BRB. Cabe ao Governo do Distrito Federal (GDF), em especial à Secretaria de Transparência, responder se tal situação não configurou quebra do referido código de ética.

O Sindicato dos Bancários, cioso de suas responsabilidades com a preservação do banco público, cobra explicações convincentes sobre estes fatos citados, bem como aguarda ainda a respostas consistentes sobre indagações contidas em ofício enviado ao banco. Tal ofício, a bem da verdade foi respondido, porém de forma evasiva, o que não esclarece questões como a comprovação da redução de gastos com a implantação da nova estrutura, a possível contratação da consultoria Accenture por mais de R\$ 20 milhões, e ainda sobre o fundo imobiliário que pode vir a ser materializado pelo banco.

Como se vê, estão crescendo os fatos carentes de explicação por parte da diretoria do BRB, cuja gestão deve se pautar pela observância de absoluta transparência, como sempre afirmou ser marca de seu governo o governador Agnelo. E cabe aqui reparos sobre possíveis respostas do banco que, em audiência com o Sindicato, alegou que certas informações, especialmente sobre o fundo imobiliário, as quais devem ser públicas segundo os órgãos reguladores, não podem ocorrer por estratégia de negócio. A não ser que sejam negócios questionáveis. A rigor, este tipo de investimento (fundo imobiliário) tem propiciado ótimos negócios para outras instituições financeiras. Porém, um bom retorno depende de certos fatores de como se estrutura tal fundo. Cabe ao banco esclarecer de vez estas questões. Estão lançadas as perguntas.

BRB comprará mainframe de R\$ 80 milhões

A insistência da diretoria do BRB, especialmente do diretor de Tecnologia, Américo Rodrigues, em comprar um novo mainframe (computador de grande porte) da IBM fará o banco dispendir mais de R\$ 80 milhões, caso a aquisição, que já está na área de compras do banco, se concretize.

A opção pelo equipamento da IBM parece ter se tornado uma obsessão para o referido diretor, que tem demonstrado uma veemência incomum nesta aquisição, com o discurso de que será a redenção dos

problemas da Informática do BRB.

Embora tenha acabado a pressão para que todos os gerentes da Informática assinassem documento que respaldasse a compra, a intenção de aquisição permanece, apesar da posição de diversos funcionários da área, inclusive gerentes, de considerar esta compra uma precipitação, uma vez que o atual equipamento seria suficiente por um bom período de tempo, haja vista que, segundo eles, o problema da Informática do banco não é de mainframe e sim de sistemas.

Os funcionários da Informática apontam ainda a ausência da determinação de troca do equipamento no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o que torna o açodamento da diretoria mais estranho.

Algo que chama a atenção nesta situação é que a troca do mainframe não será acompanhada da troca do sistema SADS, cuja empresa que detém exclusividade sobre ele é a empresa Spread, que presta serviço para o BRB. Com esta situação, os funcionários da

área são unânimes em afirmar que a compra fará com que o banco mantenha dois contratos, um em função da nova aquisição – IBM – e outro com a Unisys, cujo equipamento conviverá por um bom tempo com o da IBM.

Aliado ao que afirmam diversos funcionários da Informática de que não se justifica a aquisição do IBM neste momento, depreende-se que haverá o comprometimento de uma boa quantia de dinheiro em algo não tão necessário assim, pelo menos para o médio prazo.

BRB responde às indagações do Sindicato de forma evasiva

Em ofício datado de 27 de agosto passado, o BRB respondeu às indagações formuladas pelo Sindicato em ofício protocolado no banco em 6 de agosto.

Embora com um lapso de tempo enorme, o Sindicato reconhece a importância de o banco ter dado respostas, o que contribui para um clima de transparência. Porém, nas respostas dadas às indagações, se percebe evasivas que não contribuem efetivamente para clarear as dúvidas levantadas pelo Sindicato acerca de diversas situações ora em curso no banco como se pode verificar abaixo.

1 – Custo da nova estrutura: em que pese o banco ter dado resposta, a informação foi a mesma daquela divulgada em fato relevante publicado na imprensa ainda em junho, afirmando que haveria uma “redução global anual de R\$ 2,5 milhões, considerando os órgãos estatutários do banco múltiplo, subsidiárias integrais e demais empresas do grupo BRB, acrescidos do quadro de superintendentes”.

Esta resposta não responde à indagação que vem sendo feita pelo Sindicato: matematicamente como se expressa, se exhibe, se demonstra esta redução, pois paira entre o conjunto de funcionários uma percepção de que, na verdade, houve aumento de gastos com a nova estrutura, contrariando o que fora afirmado pelo banco ao mercado.

O quadro acima, embora não se refira ao conjunto de todas as alterações ocorridas, indica uma situação inversa ao afirmado pelo banco, pois demonstra que as principais alterações geram na verdade um custo anual superior a R\$ 4 milhões.

Além do exposto acima, há outras modificações em curso, diferentes das apontadas pela consultoria que desenhou a nova estrutura que agregam mais custo, tal como a situação da CFI.

O Sindicato tem convicção que a política de remuneração é estratégia do mercado, especialmente em um mercado competitivo como o bancá-

Situação anterior:

Cargos	Quantidade	Valores anuais (R\$)
Presidente	01	1.242.283,00
Diretores	07	7.919.309,00
Conselheiros	12	1.606.538,00
Presidente COAUD	01	324.112,00
Conselheiros COAUD	02	518.580,00
Total	23	11.610.822,00

Situação atual:

Cargos	Quantidade	Valores anuais (R\$)
Presidente	01	1.242.283,00
Vices-presidentes	04	4.186.987,00
Diretores	10	7.978.089,00
Conselheiros	13	1.354.849,00
Presidente COAUD	01	346.655,00
Conselheiros COAUD	02	554.648,00
Total	31	15.663.511,00

rio. Porém, tem convicção que dentro da boa prática, que preze pela transparência absoluta, a demonstração do que se pede para os funcionários do banco não coloca em risco nenhuma estratégia do BRB, razão pela qual insiste em ver demonstrado com números tal matemática.

2 – Remuneração variável dos administradores: na resposta do BRB consta que “todas as regulamentações internas sobre a matéria estão contidas no Estatuto Social do banco, na Política de Remuneração dos Administradores, aprovada em 10/12/2012. Em sua justificativa, a instituição financeira disse que acata em sua plenitude o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.921/2010. Afirma ainda que o cálculo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos administradores será feita com base no lucro contábil, sendo pagos 50% em espécie e 50% em ações”.

Na verdade, esta resposta também não esclarece o que foi indagado: se haverá aumento na PLR dos administradores, que hoje já é extremamente maior que o pago aos funcionários (seis remunerações brutas por ano, de forma que o presidente

recebe R\$ 299.420,00; os vices-presidentes R\$ 252.291,00 e os diretores R\$ 192.291,00). Afirmar que tudo está conforme resolução do CMN, e que fora aprovado em 10/12/2012 faz com que permaneçam todas as dúvidas.

O banco, mais uma vez dentro do princípio de transparência, deveria demonstrar aos funcionários a política de remuneração conforme aprovada na data supracitada, pois, em que pese a discrepância de remuneração da diretoria em comparação com a remuneração dos funcionários do banco, especialmente nos escrivães, isto não constitui nenhum demérito, desde que haja uma demonstração de comprometimento absoluto com a instituição, sobretudo com sua perenidade.

3 – Contratação da consultoria Accenture: também de forma quase “etérea”, e dispondo de vocabulário recheado de tecnicidades, a diretoria do banco não responde o fundamental: se haverá ou não uma nova contratação. Tal pergunta se assenta em informações de que tal consultoria fora anteriormente contratada para realizar um trabalho dividido em três fases, das quais apenas uma fora concluída. Após isso, houve decisão

de não mais contratar tal consultoria pela atual administração. Agora, circula internamente a informação de que se pretende recontratá-la a um custo assombroso de aproximadamente R\$ 20 milhões, o que corresponde a algo em torno de 25% do lucro semestral do BRB.

Uma preocupação adicional para a possibilidade desta nova contratação é que o trabalho da primeira fase, do qual resultou a mudança na estrutura administrativa, se demonstrou falho. Exemplo claro disto é o modelo de gestão da rede, centralizado em um único superintendente, considerado completamente inadequado pelo conjunto de funcionários, incluindo aí os gerentes das unidades, que está agora sendo revisto. Na medida em que alterações já estão em curso visando adequações para a realidade do BRB, percebe-se que a proposta feita pela consultoria não se coaduna com o banco, o que demonstra que esta empresa pode não ser a melhor indicada para este trabalho.

4 – Fundo imobiliário: o Sindicato tem a convicção de que há no mercado inúmeras demonstrações de que operações dessa natureza podem trazer resultados excelentes para o banco, haja vista outras instituições financeiras tê-las feito com ótimos retornos. Porém, em que pese o banco afirmar que a estruturação desta operação ser de responsabilidade da DTVM, circula no banco informações de que o banco Brasil Plural estaria sim por traz desta operação, e sem contrato formal.

Naturalmente, quando da efetivação, se acaso ela realmente ocorrer, o BRB terá que disponibilizar informações ao mercado determinadas pelo órgão regulador. O Sindicato espera não ser surpreendido, assim como os funcionários, por informações contrárias ao que o banco afirma na resposta, sobre de fato quem é o estruturador da referida operação.

Como se vê, pairam ainda dúvidas importantes acerca dos fatos acima citados. Seria de bom tom, para o bem da transparência, que o BRB as esclarecesse completamente.